

## ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023

1 Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2023, às 14 horas, reuniram-se ordinariamente os membros do Comitê  
2 da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH rio das Velhas), por meio de videoconferência utilizando a  
3 plataforma Google Meet (link: <https://meet.google.com/gso-icjx-ndh>), para participarem da Reunião Plenária  
4 Ordinária do CBH rio das Velhas. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Nicolas Heberte Coelho,  
5 Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento – ARSAE/MG; Ivaldo Martins  
6 Boggione, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER MG; João Paulo Mello Rodrigues  
7 Sarmiento, Instituto Estadual de Florestas - IEF; Fúlvio Rodriguez Simão, Empresa de Pesquisa Agropecuária de  
8 Minas Gerais – EPAMIG; Antônio André Pereira Dias, Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG; Guilherme  
9 Eduardo Macedo Cota, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH;  
10 Thiago Santana, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; Valdeoclides Ferreira Soares, Prefeitura  
11 Municipal de Várzea da Palma; Leandro Vaz Pereira, Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas –  
12 CORESAB; Anna Luiza Oliveira Nascimento, Prefeitura Municipal de Curvelo; Poliana Aparecida Valgas de  
13 Carvalho, Prefeitura Municipal de Jequitibá; Rodrigo Hott Pimenta, Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves;  
14 Humberto Fernando Martins Marques, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Nádja Murta Apolinário  
15 (representada por Francisco de Assis Gonzaga da Silva), Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Renato Junio  
16 Constâncio, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Thiago Rodrigues Cavalcanti, Federação das  
17 Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Maurílio Soares Guimarães, Sindicato dos Produtores Rurais de  
18 Curvelo; Heloísa Cristina França Cavallieri Pedrosa, Serviço Autônomo de Saneamento Básico – SAAE Itabirito;  
19 Nelson Cunha Guimarães, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Valter Vilela Cunha,  
20 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Minas Gerais – ABES-MG; José de Castro  
21 Procópio, Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios – ADAO; Ademir Martins Bento, Movimento  
22 Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté - MACACA; Brenda Samara Barros Pereira (representada por Sérgio  
23 Leal), Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC; Marcus Vinicius  
24 Polignano, Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas. **Participaram os seguintes conselheiros suplentes:** Sandra  
25 Pereira Silva, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA; Germânia Florência Pereira  
26 Gonçalves, Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo; Sebastião Orlando, Prefeitura de Funilândia; Kênia Janete  
27 Guerra, AngloGold Ashanti – Córrego do Sítio Mineração S.A.; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo, VALE S.A. (no  
28 exercício de titularidade); Guilherme da Silva Oliveira, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas  
29 Gerais (FAEMG) (no exercício da titularidade); Gabriel Franco, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE  
30 Caeté; Tarcísio de Paula Cardoso, Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha – ACOMCHAMA;  
31 Cecília Rute de Andrade Silva, Movimento CONVIVERDE; Ronald de Carvalho Guerra, Associação dos Doceiros e  
32 Agricultores Familiares de São Bartolomeu – ADAF; Leonardo José de Resende Teixeira, Conselho Regional de  
33 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA MG. **Participaram também:** Karen Regina Castelli, Rogério  
34 Tavares de Oliveira, Jeam Alcantara, Bruno Von Sperling e Leonardo Cotta, TantoExpresso - Mobilização Social e  
35 Educação Ambiental do CBH Rio das Velhas; Ohany Ferreira, Thiago Campos, Thiago Lana, Rayssa Balieiro,  
36 Daniel Brito e Wolmara Teixeira, Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo (APV); Leonardo  
37 Ramos, Paulo Vilela e Luiz Ribeiro, TantoExpresso - Comunicação CBH Rio das Velhas; Wagner Antunes, Camila  
38 Zanon e Giuliane Almeida – Igam; Thiago Guimarães, Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo; Viviane Pires,  
39 Subcomitês Nascentes e Itabirito; Marco Amorim, Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico – ANA;  
40 Evilânia, COPASA. Pautas discutidas na plenária: **Item 1.** Abertura e verificação de quórum; **Item 2.** Informes: a)  
41 Congresso ABES; b) Semana rio das Velhas; **Item 3.** Aprovação da ata da reunião ocorrida em 26/04/2023; **Item**  
42 **4.** Aprovação da DN que “aprova os mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica  
43 do rio das Velhas”; **Item 5.** Aprovação da DN que “altera a DN CBH rio das Velhas nº 09, de 28 de outubro de  
44 2021 e aprova a gestão compartilhada da UTE Picão entre os subcomitês Santo Antônio e Maquiné e Bicudo”;  
45 **Item 6.** Apresentação do relatório de atividades GACG 2022 e parecer referente ao Relatório Conclusivo  
46 elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do IGAM (2021); **Item 7.** Assuntos gerais e  
47 encerramento. **Item 1. Abertura e verificação de quórum.** Após chamada nominal para checagem de quórum, a  
48 Presidenta do CBH rio das Velhas, Poliana Valgas, abre a reunião, dando boas-vindas a todos e todas. A reunião  
49 é secretariada pelo vice-presidente do CBH, Renato Constâncio. **Item 2. Informes: a) Congresso ABES.** A  
50 Presidenta fala sobre a participação do CBH rio das Velhas no Congresso, representado por ela e pela  
51 conselheira Germânia Florência. Comenta que outros conselheiros (as) também estiveram no evento

## ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023

representando suas instituições. Diz que o evento foi muito proveitoso e contou com a participação de diversos especialistas em engenharia ambiental e sanitária. Acrescenta que saneamento é o tema da campanha do CBH rio das Velhas de 2023 e que irá se esforçar para que possam aplicar algumas práticas apresentadas na bacia. Com a palavra Germânia Florência agradece a oportunidade de participar do evento e concorda com a fala de Poliana Valgas. Valter Vilela comenta sobre as atividades realizadas durante o Congresso, o prestígio dos trabalhos apresentados e agradece a participação dos membros do CBH rio das Velhas. Em complementação, Nelson Cunha fala sobre a importância do evento e como ele foi um espaço para fala sobre saneamento, além de outras temáticas que estão ganhando espaço, como drenagem pluvial e outras questões ambientais. Demonstra grande satisfação pela pluralidade de participações, com diversas empresas de saneamento, além da visibilidade que o evento deu para Belo Horizonte. **b) Semana rio das Velhas.** A Presidenta fala sobre a Semana rio das Velhas, que é historicamente realizada na última semana de junho, visto que dia 29/06 é o aniversário do Comitê. Diz que serão realizadas atividades presenciais ao longo de toda bacia (de Ouro Preto até Várzea da Palma) para o público interno e externo, visando práticas de educação ambiental. Além disso, fala que será realizada uma Plenária comemorativa no dia 29/06. Explica que o desejo é que seja uma reunião presencial em Belo Horizonte/MG, mas que ainda é necessária definição. Aproveita para informar que no dia 30 de maio será lançado em Várzea da Palma o Programa de Conservação de Água na bacia, com assinatura de um termo de cooperação entre a Prefeitura, o Comitê e a APV. Informa também que no dia 02 de junho será realizado um evento em Itabirito que marcará o início dos pagamentos para os produtores rurais contemplados pelo pagamento por serviços ambientais na bacia do ribeirão Carioca. Explica que se trata de um projeto piloto do Comitê com potencial de ser replicado ao longo da bacia. Menciona que a ação só foi possível pela articulação com parceiros, no caso a Coca-Cola e a The Nature Conservancy (TNC). Tarcísio Cardoso e Leandro Vaz demonstram satisfação pelos comentários positivos, em especial, o representante da ACONCHAMA fala sobre a importância da realização e estímulo a boas práticas ambientais. Cecília Rute demonstra preocupação com a degradação da mata atlântica em Minas Gerais devido ao aumento da especulação imobiliária e sugere que façam uma nota de repúdio em conjunto com outros comitês estaduais. Renato Constâncio agradece as falas e diz que tentará levar a sugestão de Cecília Rute para a reunião do Fórum Mineiro de CBHs. **Item 3. Aprovação da ata da reunião ocorrida em 26/04/2023.** A ata é aprovada após correção na linha 133 solicitada por Renato Constâncio e abstenção dos representantes do SAAE Itabirito, CORESAB e Prefeitura Municipal de Ouro Preto por não terem participado da reunião. **Item 4. Aprovação da DN que “aprova os mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio das Velhas”.** Renato Constâncio contextualiza o ponto dizendo que a deliberação havia sido pautada na última reunião plenária, e conforme consta em ata, houve pedido de vista pelas instituições FIEMG, FAEMG, AngloGold Ashanti, COPASA e Instituto Guaicuy. Explica que foi dado prazo para que as instituições enviassem pareceres de vista e propõe a seguinte condução: 1. Apresentação dos pareceres pelos solicitantes no tempo de 10 a 15 minutos; 2. Considerações técnicas e legais da Agência Peixe Vivo; 3. Discussão pelos demais conselheiros e votação. Sem objeções, Guilherme Oliveira (FAEMG) inicia a apresentação do relatório de vista conjunto feito pela Faemg, Fiemg e AngloGold Ashanti, apontando as principais mudanças que as empresas sugerem que sejam feitas na DN apresenta pelo Comitê: 1) Manter os valores dos Preços Públicos Unitários (PPU's), conforme proposta da DN 68/2021, amplamente discutida e aprovada no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); 2) Promover o aumento no valor da cobrança de forma escalonada (50% em 2023 e 100% em 2024) de forma que os usuários possam programar seu orçamento; 3) Intensificar a fiscalização e gerir os usuários da bacia que estão em situação de inadimplência com relação à cobrança; 4) Sistematizar a base de dados do IGAM, compatibilizando com a gestão da cobrança pelo uso de recursos hídricos dos diversos comitês do Estado de Minas Gerais; 5) Inserir um capítulo específico para o desenvolvimento de observatório da cobrança, com um prazo de conclusão após a publicação da DN, com o objetivo de garantir a transparência do mecanismo. Diz que os critérios poderão ser discutidos entre os membros do comitê, mas sugere o conteúdo mínimo: a) as portarias de outorga que foram emitidas pelo IGAM, que estão na área de abrangência da bacia, que são vigentes, e aptas à aplicação da cobrança (volume outorgado); b) as portarias de outorga que foram emitidas pelo IGAM, que estão na área de abrangência da bacia, que são vigentes, e aptas à aplicação da cobrança, mas que realizaram a declaração no sistema DAURH e outros (volume medido x lançado, incluindo carga de DBO 5,20); c) as portarias de outorga que foram emitidas pelo IGAM, que estão na área de abrangência da bacia, que são vigentes, e aptas à aplicação da cobrança, mas que não declararam no sistema DAURH e outros, mas mesmo assim serão cobradas

## ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023

104 pela regra do volume outorgado = ao volume medido; d) a relação da destinação dos recursos da cobrança em  
105 projetos da bacia, com comprovação de que esses projetos de fato contribuíram para a melhoria da qualidade  
106 e quantidade da água na bacia; e) a interface dos projetos com as ações estabelecidas no plano diretor de  
107 recursos hídricos. Explica ainda que não é recomendada a criação do observatório no ambiente “VelhasMap” e  
108 sugere a utilização de recursos de *business intelligence* ou *Python*, com posicionamento geográfico e integrado  
109 com recurso de *dashboard*. Conclui explicando que um dos pontos de destaque do parecer conjunto tem  
110 relação com os usuários inadimplentes, tendo em vista que as empresas entendem que o caminho correto é  
111 fazer uma melhor gestão e fiscalização destes usuários e não realizar aumentos para amenizar os impactos da  
112 inadimplência. Na sequência, inicia-se a apresentação do parecer da Copasa por Nelson Guimarães e Evilânia.  
113 Evilânia inicia dizendo que a Copasa entende a necessidade de atualizar a metodologia da cobrança e explica os  
114 artifícios utilizados para elaborar o parecer de vista. Destaca que as sugestões da Copasa se concentram na  
115 alteração dos valores dos PPU's propostos, justificando que a deliberação normativa do CBH rio das Velhas nº  
116 03/2020, aprovada pelo CERH em 17 de novembro de 2020, já garante um reajuste de 83% no valor da  
117 cobrança. Apresenta uma tabela que resume a mudança sugerida. Nelson Guimarães complementa que essa  
118 modelagem foi feita com cuidado, garantindo o reajuste do PPU, sem causar prejuízo para a arrecadação, de  
119 forma que os prestadores de serviço conseguirão arcar com os aumentos. Fala da relevância da Copasa na  
120 bacia e do histórico de adimplência da instituição, por vezes até adiantando parcelas de pagamento. Reforça a  
121 necessidade da melhoria na comunicação para divulgar o que é a cobrança e as ações realizadas com os  
122 recursos advindos dela, em especial com os usuários. Na sequência, Marcus Polignano inicia sua explanação do  
123 relatório de vistas do Instituto Guaicuy que é uma defesa da deliberação normativa do Comitê. Retoma o  
124 histórico do processo, desde a DN do CERH que demanda a atualização da metodologia da cobrança dos  
125 comitês mineiros; a contratação de consultoria para realizar o estudo para embasar a atualização; a formação  
126 do grupo para acompanhamento do processo e suas reuniões; as reuniões setoriais com usuários; as reuniões  
127 da CTOC e da CTIL do CBH rio das Velhas. Reforça o caráter educativo da cobrança e diz que a proposta observa  
128 o princípio da equidade. Finaliza defendendo que o processo foi tecnicamente embasado; democraticamente  
129 discutido; economicamente justo e equilibrado; além de social e ambientalmente adequado às necessidades da  
130 bacia hidrográfica do rio das Velhas. Renato Constâncio agradece aos explanadores e passa a palavra para o  
131 Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo, Thiago Campo. Thiago Campos faz considerações sobre cada  
132 relatório de vista. No caso do relatório das instituições FAEMG, FIEMG e AngloGold diz que o Comitê e a  
133 Agência Peixe Vivo não têm gerência sobre a inadimplência. Ressalta que a cobrança não é uma espécie de  
134 punição e que dentre os seus objetivos está a geração de recursos para implementar as ações do PDRH. Sobre  
135 a criação de um portal de transparência, diz que entende a necessidade, mas explica que isso não tem relação  
136 com a atualização da metodologia da cobrança. Sobre o relatório da Copasa, aponta que os valores dos PPU's  
137 sugeridos são menores do que o piso estabelecido na DN 68 do CERH, motivo pelo qual ela não pode ser aceita.  
138 Thiago Campos não comenta o relatório do Instituto Guaicuy por ser convergente com a DN em avaliação. Com  
139 a palavra, Thiago Santana faz uma apresentação sobre os relatórios de vista. Em relação ao parecer Fiemg,  
140 Faemg e AngloGold destaca que a cobrança incidirá sobre a carga orgânica observando exclusivamente a DBO  
141 5,20 e que está muito claro na DN que a questão da DQO foi retirada. Sobre a questão do PPU por zona  
142 comenta que na reunião do CERH foi discutido o motivo pelo qual a água subterrânea tem um preço maior do  
143 que a água superficial e entende que para outorgas subterrâneas deve ser aplicado os valores de PPU's  
144 estilados para a zona D, pois as DACs remetem às captações superficiais. Apresenta um organograma que  
145 detalha o zoneamento. Em relação ao portal da transparência, entende que a proposta cabe dentro do sistema  
146 de informação do Comitê, o SIGA Velhas, necessitando apenas de aprimoramentos. Acrescenta que a nível de  
147 integração, o usuário pode acessar a plataforma IDE-Sisema para buscar informações sobre áreas de conflito e  
148 enquadramento. Entende que é importante apresentar o resultado dos projetos e da aplicação dos recursos da  
149 cobrança, mas fala que isso deve ser avaliado pelo Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG)  
150 ou pelo próprio plenário do Comitê que no momento da avaliação do Plano Plurianual de Aplicação devem se  
151 perguntar se os projetos elencados como prioridade de contratação têm potencial de trazer benefícios para a  
152 bacia. Diz que o Igam é favorável a redução da pulverização de recursos e investir em grandes entregas para a  
153 sociedade, mas relata que não é a proposta de cobrança que vai trazer isso. Sobre as outorgas não cobradas  
154 esclarece que nem toda outorga vigente é uma outorga de captação. Além disso, explica que de acordo com o  
155 Decreto 48160, valores inferiores a R\$200,00 não são cobrados e o segmento que mais se enquadra nesses

**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS  
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023**

156 pequenos preços é o da agricultura. Isso, de acordo com Thiago Santana justifica o motivo pelo qual o número  
157 de usuários cobrados é inferior ao de outorgas emitidas. Destaca ainda que cerca de 20% dos usuários da bacia  
158 do Velhas correspondem a 70% do valor arrecado e que com estes não há inadimplência. Comenta que o maior  
159 devedor da bacia do Velhas é o SAAE Sete Lagoas e que as demais dívidas são de menor vulto. No caso do  
160 SAAE, explica que o processo está com a Advocacia Geral do Estado e que a situação pode ser mais bem  
161 esclarecida em outro momento. Fala que o tratamento da inadimplência é moroso devido ao amplo direito ao  
162 contraditório e que não se trata de gestão ou tutela exclusiva do Igam, mas que o órgão está buscando formas  
163 de dar mais celeridade. Ademais, comenta que há vedação legal a proposta de progressividade do aumento,  
164 dizendo que de acordo com o Decreto 41578, a progressividade só é aplicável em bacias que estão  
165 implantando a cobrança e não nos casos de revisão, como é o caso do Velhas. Por fim, comenta sobre o vício  
166 da proposta da Copasa de sugerir valores menores aos que constam na DN 68 do CERH, explicando que ela é  
167 de 2021 e que os valores já foram atualizados pelo IPCA como consta na portaria IGAM nº 04/2023. Em  
168 discussão, Sebastião Orlando parabeniza a condução da reunião e, em especial, a explanação do Instituto  
169 Guaicuy e do IGAM, pela coerência e clareza. Sérgio Leal diz que já trabalhou no IGAM e participou do processo  
170 de implementação da cobrança pelo uso da água em vários comitês. Lembra que quando da implementação da  
171 cobrança da bacia do rio das Velhas em 2009, a aprovação da proposta foi unânime e acredita que mesmo que  
172 a nova metodologia seja aprovada, a polarização não é benéfica. Diz que os valores propostos são irrisórios e  
173 mal cumprem seu papel principal de induzir o consumo racional da água. Nelson Guimarães pede desculpas  
174 pelo equívoco em relação aos valores mínimos, retifica a proposta e apresenta para conhecimento e  
175 reavaliação. Discorda de Sérgio Leal, justificando que a discussão é válida, pois faz parte do processo  
176 participativo. Fala que em nenhum momento houve consenso sobre a proposta e que os usuários não  
177 entendem como se chegou aos valores propostos pela HIDROBR, empresa que realizou o estudo contratado  
178 pela Agência Peixe Vivo. Diz que sabe que o recurso da cobrança é importante e ao mesmo tempo insuficiente  
179 para implementar todas as ações previstas no PDRH, meta que será atingida apenas com políticas públicas  
180 realizadas em conjunto. José Procópio diz que o recurso da cobrança é indutor das ações do plano diretor, mas  
181 não resolverá todos os problemas. Fala que se não forem tomadas medidas efetivas haverá uma perda  
182 irreparável. Salienta que quem acaba pagando caro é o cidadão comum. Ressalta a importância das políticas  
183 públicas estaduais para a revitalização da bacia, pois ações pontuais e pulverizadas não bastam. Destaca  
184 também o caráter participativo do CBH rio das Velhas, devido aos subcomitês. Sérgio Leal retifica sua fala sobre  
185 polarização, e explica que se referiu a falta de concordância. Pergunta como será feita a votação,  
186 considerando que há mais de 1 proposta em discussão. Kênia Guerra agradece o fato de o CBH rio das Velhas  
187 estar sempre aberto ao diálogo; ressalta que retirada a questão da progressividade, a proposta apresentada  
188 pela Fiemg, Faemg e Anglo atende a legislação, dando tempo necessário para que as empresas se preparem  
189 para absorver os novos preços. Guilherme Oliveira sugere que retirem também a questão da água subterrânea  
190 que foi esclarecida pelo representante do Igam. Thiago Santana esclarece que a reunião do CERH será realizada  
191 no segundo semestre de 2023 e que tendo a atualização da metodologia aprovada, os valores entrarão em  
192 vigor em 2024 sendo cobrados apenas em 2025, desta forma, a adequação orçamentária é totalmente possível.  
193 Encerradas as discussões, Renato Constâncio agradece as contribuições e elogia a forma como o processo vem  
194 sendo conduzido. Foi combinado que será votada a aprovação da DN conforme encaminhada para o Plenário e  
195 caso ela não seja aprovada, serão votadas as demais propostas. Em votação nominal a DN que aprova os  
196 mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio das Velhas é aprovada,  
197 registrados os votos contrários dos representantes da Emater, Epamig, Fiemg, Faemg e Copasa. O  
198 representante da Emater justifica que concorda com o posicionamento do relatório de vista elaborado pela  
199 Fiemg, Faemg e Anglo Gold; o representante da Epamig fala que tendo em vista que não houve consenso, a  
200 proposta pode gerar um impacto negativo para o CBH rio das Velhas; os demais votos contrários são  
201 justificados, pois as instituições apresentaram propostas próprias. Ohany Ferreira faz a leitura do resultado  
202 mencionando um a um dos votos (19 votos favoráveis, 5 votos contrários e 2 ausências no momento da  
203 votação). Marcus Polignano deixa claro que não há ganhadores ou perdedores e entende a representação  
204 setorial. Ressalta que o processo foi participativo e democrático e agradece a todos (as) por isso. Poliana Valgas  
205 ressalta a fala de Marcus Polignano e acrescenta que o CBH irá estudar formas de atender as demandas dos  
206 usuários vinculadas à transparência e disponibilidade de informações. Elogia e agradece a todos (as) pela  
207 condução ética e respeitosa e fala que entende os posicionamentos, principalmente dos usuários, mas ressalta

## ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023

208 que estão trabalhando para um bem maior da bacia. Cecília Rute diz que o ganhador foi o rio e pede para que  
209 as instituições continuem apoiando umas às outras e trabalhando para a recuperação da bacia hidrográfica.

210 **Item 6. Apresentação do relatório de atividades GACG 2022 e parecer referente ao Relatório Conclusivo**  
211 **elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do IGAM (2021).** Após acordo sobre inversão de  
212 pauta, Valter Vilela, Coordenador do GACG, inicia a apresentação agradecendo Dimas Correa, que fez parte do  
213 projeto de mobilização social e educação ambiental da bacia do rio das Velhas, e Ohany Ferreira pelo empenho  
214 no acompanhamento das atividades do grupo. Fala sobre a composição do GACG, suas competências, as  
215 atividades desempenhadas em 2022 e menciona as principais discussões realizadas. Comenta sobre a avaliação  
216 do desempenho da Agência Peixe Vivo tendo como referência o atendimento das ações priorizadas no PPA e  
217 destaca que os 7,5% disponíveis para custeio são insuficientes para a ampliação do corpo técnico da APV e,  
218 consequentemente, das ações que poderiam ser executadas concomitantemente. Sobre o Relatório Conclusivo  
219 elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do IGAM do exercício de 2021, fala que a  
220 Comissão apresentou uma análise preliminar do cumprimento das metas do Contrato de Gestão e a Agência  
221 Peixe Vivo prestou os esclarecimentos devidos, se comprometendo a acatar as recomendações. Diz que o  
222 resultado da avaliação do plano de trabalho da Agência Peixe Vivo no ano de 2021 foi melhor que o de 2020  
223 (passou de 9,13 para 10), ambas enquadradas em conceito ótimo. Destaca que a Agência Peixe Vivo alcançou  
224 pontuação no Indicador Gestão Proativa, em que é avaliada a capacidade da Entidade de buscar investimentos  
225 não relacionados aos recursos da cobrança, graças aos contratos com repasse financeiro para a bacia do rio das  
226 Velhas celebrados com a Coca-Cola e a TNC. Explica que a análise técnica realizada pelo IGAM consiste na  
227 avaliação da execução do Programa de Trabalho anexo ao Contrato de Gestão e não tem relação com a  
228 aprovação da prestação de contas do ponto de vista financeiro. Finaliza destacando que recentemente o IGAM  
229 aprovou as prestações de contas da APV de 2018 e 2019, no entanto ainda há pendências relacionadas aos  
230 períodos de 2010 a 2017 e 2020 a 2022. Em discussão, Tarcísio Cardoso comenta que a aprovação das contas  
231 de 2018 e 2019 traz certo conforto para os membros do Conselho Fiscal. Marcus Polignano, Sebastião Orlando  
232 e Poliana Valgas também fazem comentários agradecendo a apresentação e elogiando Valter Vilela pela  
233 condução deste importante grupo. **Item 5. Aprovação da DN que “altera a DN CBH rio das Velhas nº 09, de 28**  
234 **de outubro de 2021 e aprova a gestão compartilhada da UTE Picão entre os subcomitês Santo Antônio e**  
235 **Maquiné e Bicudo”.** Karen Castelli, Coordenadora do projeto de mobilização social e educação ambiental da  
236 bacia hidrográfica do rio das Velhas, contextualiza a pauta. Diz que quando a equipe de mobilização fez análises  
237 de viabilidade para estabelecer subcomitê na UTE Picão, foi constatado que os atores seriam os mesmos que já  
238 atuavam nos subcomitês Santo Antônio-Maquiné e Bicudo e por esse motivo foi proposta a gestão  
239 compartilhada do território pelos subcomitês já instituídos. Fala sobre a importância de fazer a gestão da UTE  
240 Picão, visto a pressão ambiental que existe na região, como descarte e queima irregular de resíduos sólidos;  
241 lançamento de esgoto; ocupação irregular do solo; ausência de mata ciliar e escassez de água, principalmente  
242 no perímetro urbano de Corinto. Apresenta um mapa das UTES e outro demonstrando como ficará a divisão do  
243 território na gestão compartilhada. Menciona que quando necessário os subcomitês Santo Antônio e Maquiné  
244 e Bicudo podem realizar reuniões conjuntas. Em discussão, Leandro Vaz fala sobre os benefícios da gestão  
245 compartilhada para os subcomitês instituídos e para a UTE Picão. Bruno Von Sperling, analista de mobilização,  
246 relembra pontos importantes desse processo de construção, destacando que a proposta foi apresentada e  
247 aprovada pela CTPC. Leonardo Teixeira pergunta se a divisão foi feita no talvegue da bacia. Karen e Bruno  
248 respondem que a divisão foi feita por municípios para evitar a desmobilização dos conselheiros, tendo em vista  
249 que quando há a divisão sem observar os limites municipais as prefeituras acabam participando de um  
250 subcomitê, mas não participam do outro. Karen esclarece que a UTE Picão continuará existindo, mas sem um  
251 subcomitê específico. Em complementação, Ohany Ferreira diz que a minuta da DN passou pela CTIL que  
252 contribuiu com o texto e apresentou questionamentos similares aos que estão sendo esclarecidos para o  
253 Plenário. Na sequência, faz a leitura da Deliberação. Vislumbrando a proposta, Leandro Vaz sugere que isso seja  
254 feito em outras UTES que não possuem subcomitês instituídos, para que as regiões não fiquem desassistidas.  
255 José de Castro Procópio diz que aprova a DN, mas esclarece que muito embora os subcomitês façam reuniões  
256 conjuntas e tenham assuntos em comum, a gestão dos territórios tem especificidades que devem ser  
257 respeitadas. Além disso, reforça a necessidade de buscar novos atores para participar das discussões para  
258 fortalecer os subcomitês. Karen Castelli comenta que a equipe de mobilização está fazendo os estudos e as  
259 análises necessárias para verificar a viabilidade de criação de novos subcomitês e/ou fazer mais propostas de



**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS  
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2023**

260 gestão compartilhada. Em votação, a DN que aprovada a gestão compartilhada da UTE Picão entre os  
261 subcomitês Santo Antônio e Maquiné e Bicudo é aprovada por unanimidade. **Item 7. Assuntos gerais e**  
262 **encerramento.** Não havendo mais assuntos a serem discutidos, a Presidenta Poliana Valgas agradece a todos e  
263 todas e encerra a reunião.

**Poliana Aparecida Valgas de Carvalho Neiva**  
Presidenta do CBH Rio das Velhas

**Marcus Vinícius Polignano**  
Secretário do CBH Rio das Velhas